

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA DE EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA: CONSEQÜÊNCIAS SOBRE TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Francisco Del Moral Hernández*
Célio Bermann**

O que se pode esperar para o futuro da oferta de energia e combustíveis é simplesmente um retrato ampliado da dimensão atual. Isso tem implicações imediatas, muitas vezes de dimensões dramáticas: abandono e negação de outros usos para o território, para as águas, para os recursos naturais e uma adequação à lógica de internacionalização dos espaços chamados outrora de nacionais.

Verifica-se no caso brasileiro um aumento significativo do conteúdo energético nos produtos de exportação a partir do terceiro quartel do século passado. Poderíamos interpretá-lo como paralelo a um processo de expansão da infraestrutura produtiva pesada, processo amparado e concretizado dentro da lógica do circuito econômico global,²¹ sugerindo uma nova divisão internacional dos conteúdos energéticos e dos riscos e conseqüências sobre o meio natural e populações tradicionais. Estudos recentes (Machado, 2002; Bermann, 2004) revelam a continuidade desta tendência. Pode-se dizer que o Brasil revelou-se não apenas um exportador líquido de energia, embutida nos produtos destinados ao comércio exterior de bens não energéticos, mas também notou-se que cada dólar adquirido com essas exportações embutiu significativamente mais energia do que cada dólar despendido com as importações de bens não energéticos.

Esta constatação se conecta ao que Adilson de Oliveira (1979) chamou de "a questão energética" nos finais da década de 1970 e enfatizamos que a expansão da infraestrutura em regiões de populações tradicionais, regiões de grande biodiversidade e interesse ambiental e expressão da acumulação de capital que procura legitimar-se de alguma maneira, seja amparada no discurso desenvolvimentista, nacionalista ou em qualquer outro. O abandono ou o não reconhecimento de outros usos para território, para as águas, para os recursos naturais, que não aqueles de suporte para obras de infraestrutura, e normalmente ocultado ou desprestigiado.

Não temos condições de caracterizar neste momento e de maneira exaustiva os mecanismos utilizados nas escolhas políticas nem identificar se é possível ou não incorporar e operacionalizar estes outros usos no conjunto da sociedade. Deixemos sinalizado que, se o processo de pensar o futuro e sustentado apenas na idéia de uma ampliação do que existe agora em termos de atendimento da demanda e oferta de energia, surgirão pressões de vários tipos. Os mecanismos institucionais existentes na sociedade poderão trabalhar no sentido de atendimento a necessidades nesta lógica expansiva, em detrimento de alguns outros usos do meio natural e outros modos de vida. Esta situação de exclusão não se coaduna com uma noção ampla de democracia, talvez esteja mais

afinada com uma obsessão por atender a demandas de grupos específicos de uma sociedade pobre como a nossa e com discrepâncias sociais que não podem ser negligenciadas.

Em meados de 2008, o preço do petróleo atingiu US\$ 147 o barril. Em novembro do mesmo ano, Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil, assim se pronunciou: "Parte dos recursos gerados pela exploração da camada do pré-sal serão aplicados para acelerar a redução da pobreza, melhorar o nível de educação e estimular a inovação nas empresas".²² Na verdade, são bons propósitos que precisarão se adequar a uma estrutura para garantir a soberania nacional frente aos problemas aqui assinalados, superando, assim, o histórico papel de nosso país como portador de bens primários de baixo valor agregado. Em outras palavras, trata-se de alterar a perspectiva de um mero exportador de petróleo cru, para atingir um patamar de exportador de derivados do petróleo, através da ampliação do parque nacional de refino. A transferência de renda proporcionada será bem maior, desde que seja assegurado o controle social em benefício da população brasileira.

Por fim, o ritmo de exploração do petróleo do pré-sal deverá também se adequar aos esforços internacionais de combate às mudanças climáticas decorrentes da queima do petróleo. Isso significa que a redenção social pretendida no país não deve se restringir, única e exclusivamente, à renda que a exploração da camada do pré-sal pode determinar.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (USP).

** Professor associado do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP)